

## Visão do Direito



Daniele Ferreira da Costa

Advogada, pós-graduada em direito privado, em direito médico e criminologia



Berilo Martins da Silva Netto

Ex-procurador do RJ, ex-secretário de Justiça de SP. Membro da Comissão de Direito Canábico da OAB/RJ

# Importância do CBD na saúde pública

A importância do canabidiol (CBD) na saúde pública é um tema que vem ganhando destaque à medida que mais pesquisas revelam suas potencialidades terapêuticas. O CBD se apresenta como uma alternativa viável para o tratamento de diversas condições de saúde, especialmente quando os tratamentos convencionais falham ou apresentam efeitos colaterais indesejados.

Essa característica torna o canabidiol um recurso valioso no arsenal da medicina moderna. Um dos aspectos mais relevantes do uso do CBD na saúde pública é sua capacidade de atuar em condições crônicas e debilitantes, como a dor crônica e os distúrbios psiquiátricos. Estudos demonstram que o canabidiol pode reduzir a intensidade da dor e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, contribuindo para a diminuição do uso de opióides, frequentemente associados à dependência e à overdose.

A implementação de tratamentos com CBD pode, portanto, não apenas aliviar o sofrimento individual, mas também impactar positivamente as taxas de dependência química em nível populacional. Além disso, o CBD tem demonstrado eficácia promissora

no tratamento de transtornos relacionados à ansiedade e à depressão. Compreender essas propriedades é crucial em um momento em que as taxas de doenças mentais estão aumentando globalmente. A inclusão do canabidiol como parte das estratégias de saúde mental pode oferecer uma abordagem mais holística e menos invasiva para o manejo desses transtornos.

A regulamentação adequada do uso medicinal do CBD também é fundamental para garantir seu acesso seguro à população. No Brasil, embora haja avanços nas diretrizes estabelecidas pela Anvisa, muitos pacientes ainda enfrentam barreiras significativas para obter produtos à base de cannabis. A superação dessas barreiras não só beneficiaria indivíduos com condições médicas específicas, mas também poderia aliviar a pressão sobre os sistemas públicos de saúde ao reduzir custos associados ao tratamento convencional.

A educação sobre o canabidiol e suas aplicações deve ser uma prioridade nas políticas públicas de saúde. Informar profissionais da saúde e a população sobre os benefícios e riscos potenciais do CBD pode promover um uso responsável e eficaz dessa

substância, contribuindo assim para uma melhoria geral na saúde pública.

O contexto jurídico do CBD no Brasil é um tema complexo e em constante evolução, refletindo a crescente aceitação social e científica da cannabis medicinal. Nos últimos anos, o país tem avançado na regulamentação do uso de produtos à base de CBD, embora ainda enfrente desafios significativos que limitam o acesso dos pacientes a esses tratamentos.

A Anvisa desempenha um papel crucial nesse cenário, tendo aprovado, em 2015, uma resolução que permite a importação de produtos à base de cannabis para fins medicinais. Em 2020, a Anvisa deu um passo importante ao regulamentar a fabricação e comercialização desses produtos no Brasil, estabelecendo normas que visam garantir a qualidade e a segurança dos medicamentos. No entanto, essa regulamentação ainda é considerada insuficiente por muitos defensores da cannabis medicinal, uma vez que os processos burocráticos para obtenção de autorização são complexos e demorados.

Além disso, o acesso ao CBD é frequentemente limitado por questões financeiras. Os custos elevados dos produtos importados

ou mesmo os desenvolvidos localmente podem ser proibitivos para muitos pacientes que necessitam desse tratamento. A falta de cobertura pelos planos de saúde também contribui para essa barreira econômica.

Outro aspecto relevante é o debate jurídico em torno da descriminalização do uso recreativo da cannabis no Brasil. Embora esse tema não se restrinja apenas ao CBD, ele influencia diretamente as percepções sociais e políticas sobre o uso medicinal da planta. O avanço nas discussões sobre descriminalização pode abrir portas para uma maior aceitação e regulamentação do canabidiol como uma opção terapêutica legítima.

Por fim, é fundamental destacar a importância da educação e da conscientização sobre o canabidiol entre profissionais da saúde e a população em geral. A desinformação ainda prevalece em muitos setores, dificultando o reconhecimento das potencialidades terapêuticas do CBD e perpetuando estigmas associados ao seu uso. Portanto, iniciativas voltadas para informar sobre os benefícios e riscos do canabidiol são essenciais para promover um ambiente mais favorável à sua utilização na medicina brasileira.



Laura Santoianni Lyra Pinto

Advogada do Family Office do Briganti Advogados, especialistas em direito de família e sucessões, e planejamento patrimonial e sucessório



Samantha Teresa Berard Jorge

Advogada do Family Office do Briganti Advogados, especialistas em direito de família e sucessões, e planejamento patrimonial e sucessório

## Consultório jurídico

### Como garantir os cuidados dos filhos quando o casal se muda para o exterior por motivos profissionais?

Conciliar o momento profissional dos pais com os interesses e cuidados dos filhos pode ser um desafio, especialmente no caso de casais que, por motivos de trabalho, decidem mudar-se para outro país, enquanto os filhos adolescentes desejam permanecer no Brasil.

É importante lembrar que, enquanto os filhos são menores, os pais possuem o poder familiar, que consiste no conjunto de direitos e deveres constitucionais de assistência, criação e educação, tratando-se do dever de proteção previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O poder familiar é irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível, e decorre não só da filiação legal, mas também da

socioafetiva. Ou seja, os pais não podem renunciar aos filhos, e seus deveres e obrigações não podem ser cedidos, podendo apenas delegar seu exercício para membros da mesma família.

Cabe aos pais o dever de dirigir a criação e educação dos filhos menores, autorizar o casamento entre os de 16 e 18 anos e autorizar viagens ao exterior, mesmo que acompanhados por apenas um dos pais. Portanto, a mudança de residência de ambos os pais ou de um só deles para o exterior não afasta o poder familiar. O poder-dever de representar os filhos nos atos da vida civil permanece, independentemente da distância geográfica, caso os filhos adolescentes optem por permanecer residindo no Brasil. Dessa maneira, é preciso prezar pelos cuidados dos menores por meio de membros da família, valendo-se de instrumentos jurídicos, como a procuração pública de plenos poderes ou, até mesmo, a emancipação, os quais podem ser mecanismos eficazes para garantir segurança à família e mitigar os impactos da separação física.

No caso de adolescentes entre 16 e 18 anos, a procuração poderá ser um instrumento para auxiliar na representação dos pais enquanto estiverem ausentes do país, pois não extingue o poder familiar e pode conceder plenos poderes para que terceiros — como familiares e pessoas de confiança com vínculo afetivo com o menor — pratiquem atos, administrem interesses e os representem em órgãos e instituições sempre que necessário.

Todavia, a escolha do terceiro a ser nomeado deve ser feita com cautela, pois qualquer ato ilegal ou decisão equivocada recairá sobre a responsabilidade dos pais. Isso porque os pais continuam legalmente responsáveis pelas decisões e ações tomadas pelo filho, podendo ampliar ou restringir os poderes, ou até mesmo revogar a procuração a qualquer momento.

Por outro lado, a emancipação — considerando que o menor tenha mais de 16 anos — extingue o poder familiar e confere plena capacidade civil ao filho. Se houver concordância de ambos os pais, a

emancipação pode ocorrer pela via extrajudicial, mas é um ato irrevogável, ou seja, não pode ser desfeito pelos pais. Trata-se de um procedimento célere, que exige a assinatura da escritura de emancipação em um cartório de notas e sua averbação na certidão de nascimento no Cartório de Registro Civil.

No entanto, a decisão pela emancipação do menor deve ser muito bem-avaliada pelos pais, considerando se o menor possui maturidade suficiente para tanto, diante das responsabilidades que surgirão na vida adulta e das consequências jurídicas envolvidas.

Isso porque a emancipação possibilita que o menor antecipe suas responsabilidades legais no âmbito civil, o que inclui a gestão das finanças e moradia, o recebimento de herança, a assinatura de contratos, a tomada de decisões sobre casamento, viagens, entre outras. Ressalta-se que a antecipação de responsabilidades se restringe ao âmbito cível, pois a responsabilidade criminal continua sendo atribuída aos pais ou responsáveis, conforme as normas do ECA.